

Assunto: Convite para apresentação de proposta para a Elaboração de projeto para reabilitação integral da cobertura e claraboia da Sala das Sessões - Palácio de São Bento. Consulta prévia nº 12/2024.

Exmos. Senhores,

A Assembleia da República, pessoa coletiva n.º 600054128, através da sua Divisão de Aprovisionamento e Património, sita na Avenida D. Carlos I, nºs 128-132, 2.º andar, 1200-651, em Lisboa, com endereço de correio eletrónico DAPAT.Correio@ar.parlamento.pt, convida a vossa empresa a apresentar proposta no âmbito do procedimento de consulta prévia adotado para a celebração do contrato acima identificado, de acordo com o definido no caderno de encargos que se anexa.

1. Decisão de contratar

Informa-se que a decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Secretário-Geral da Assembleia da República, de 20 de fevereiro de 2024, nos termos conjugados dos artigos 54.º, n.º 3, da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República e da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, após parecer favorável do Conselho de Administração, de 16 de fevereiro de 2024.

O presente procedimento foi adotado ao abrigo do artigo 20.º n.º 1 alínea c) do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

2. Conteúdo da proposta

A proposta deve obrigatoriamente integrar:

- a) Declaração prevista no anexo I do Código dos Contratos Públicos, cujo modelo faz parte do presente convite como seu anexo I;
- b) Declaração conforme modelo anexo II ao presente Convite e que dele faz parte integrante;

- c) Memória descritiva e justificativa da forma como irá ser desenvolvido o projeto, demonstrativa do pleno conhecimento do estado atual da instalação;
- d) Equipa a afetar ao projeto;
- e) Prazo global de prestação dos serviços;
- f) Valor global dos honorários.

Na equipa a afetar ao projeto devem também ser apresentados os *curricula vitae* de cada elemento.

3. Forma de apresentação da proposta

A proposta será obrigatoriamente apresentada através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, devendo para o efeito utilizar-se a plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pela Assembleia da República, acessível através da ligação: www.acingov.pt .

4. Entrega da proposta

A proposta deve ser apresentada até às 23:59 do dia indicado na plataforma eletrónica.

5. Negociação

O presente procedimento não prevê fase de negociação das propostas

6. Preço-base do procedimento

O preço-base definido para o presente procedimento é de 13.850,00 €, valor sem IVA.

7. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, densificado nos seguintes fatores elementares de avaliação das propostas relativos aos aspetos da execução do contrato, submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação:

- Preço (60%);
- Valia Técnica da Proposta (40%).

Para a análise das propostas utilizar-se-á, a metodologia constante no Anexo III deste Convite.

8. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças e as listas com indicação, expressa e inequívoca, dos erros e omissões destas últimas, deverão ser, respetivamente, solicitados e apresentadas, pelos interessados, no primeiro terço do prazo previsto para a apresentação de propostas, utilizando para o efeito o meio de transmissão escrita e eletrónica de dados referidos no ponto 3 do presente convite.

9. Habilitação

Para comprovar a respetiva habilitação, o adjudicatário deverá, no prazo de 5 (cinco) dias após notificação para o efeito, através do meio de transmissão referido no ponto 3, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b) Comprovação de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
- c) Certidão de registo criminal da pessoa coletiva e dos titulares do órgão de administração/gerência em efetividade de funções;
- d) Documento comprovativo - ou respetivo código de acesso - de que têm a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Documento comprovativo - ou respetivo código de acesso - de que têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal.
- f) Certidão permanente da pessoa coletiva, ou respetivo código de acesso.

Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido a este último um prazo de 2 (dois) dias para apresentação dos documentos em falta.

10. Caução

Não será exigido no presente procedimento a prestação de caução

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão

Cristina Garrido

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção

acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

(Para cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 113.º e no n.º 2 do artigo 114.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua versão atual, alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.)

1. (Nome e número de identificação fiscal), na qualidade de representante legal de **(1)** (firma, número de identificação fiscal e sede), para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 113.º e no n.º 2 do artigo 114.º, ambos do CCP (Impedimentos à participação em procedimentos por ajuste direto e consulta prévia), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

(2)

- a) Não partilha representantes legais ou sócios com outra(s) pessoa(s) coletiva(s); **(3)**
- b) Não se encontra em nenhuma relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo com outra(s) pessoa(s) coletiva(s);
- c) Não partilha morada da sede com outra(s) pessoa(s) coletiva(s);
- d) Não existem familiares diretos com funções de gerência/administração com outra(s) pessoa(s) coletiva(s).

[ou declara, sob compromisso de hora que partilha representantes legais ou sócios **(3)** com a(s) seguinte(s) pessoa(s) coletiva(s) e/ou encontra-se numa relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, ou partilha de morada da sede, ou ainda, existência de familiares diretos com funções de gerência/administração com outra(s) pessoa(s) coletiva(s)]: **(4) (5) (6)**

- i. (Nome e número de identificação fiscal ou firma, número de identificação fiscal e sede;

(4) (5) (6)

- ii. ...

2. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação.
3. O declarante tem, ainda, pleno conhecimento de que a participação, caso se encontre em alguma das situações previstas no n.º 6 do artigo 113.º do CCP e/ou no n.º 2 do artigo 114.º do CCP *(7)*, no momento da apresentação da respetiva candidatura ou proposta, da adjudicação ou da celebração do contrato, constitui contraordenação muito grave punível nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
4. A Presente declaração encontra-se abrangida pelos termos do disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que respeita às regras relativas à proteção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, cuja execução é assegurada na ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 151, de 08 de agosto.

... (local),... (data),...

O declarante,

[assinatura) *(8)*

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

- (1) Aplicável a entidades que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de a entidade ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) No caso de a entidade ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «ou sócios».
- (4) Escolher ou eliminar o texto a sombreado conforme o conteúdo da declaração.
- (5) Sendo o caso, e tratando-se de pessoa coletiva, enumerar e identificar todas as entidades com as quais a sociedade partilha representantes legais ou sócios, e/ou se encontra numa relação de simples participação, de participação recíproca, ou de domínio ou de grupo.
- (6) Sendo o caso, e tratando-se de pessoa singular, identificar todas as entidades em que desempenha funções de Administração, Gerência, ou posição social dominante, ou situações de partilha de morada/sede, ou ainda, se existem familiares diretos com funções de gerência/administração com outra(s) pessoa(s) coletiva(s).
- (7) O n.º 2 do Artigo 114.º do CCP é aplicável apenas a procedimentos de consulta prévia.
- (8) A declaração deve ser assinada por quem tenha poderes legais para o efeito, no caso de pessoa coletiva, em conformidade com a “forma de obrigar” constante de certidão de inscrição no RNPC.

ANEXO III

De acordo com o nº 7 deste Convite, o critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, com base nos seguintes fatores de apreciação e respetivas ponderações:

FATORES DE APRECIACÃO	PONDERAÇÃO (%)
1. PREÇO	60
2. VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA	40

A avaliação global de cada proposta resultará da agregação dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores elementares, ou seja:

$$\text{Pontuação Final} = (\text{Preço} \times 0,6) + (\text{VTP} \times 0,4)$$

PREÇO

O fator preço será pontuado entre 0 e 10 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Preço} = -10 \times (\text{Pp})^6 / 13.850,00^6 + 10$$

Em que:

Preço corresponde à pontuação no fator preço e
Pp corresponde ao atributo preço proposto

VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA

A avaliação das propostas, em termos do fator qualitativo, Valia Técnica da Proposta (VTP), será feita tendo em conta a análise a realizar aos documentos solicitados nas alíneas b) e c) do nº 2 deste Convite, tendo em consideração a metodologia da execução dos trabalhos e a adequação da equipa técnica propostos ao tipo de prestação de serviços.

A escala de pontuação é dada pela análise de cada um dos itens da tabela seguinte. As notas a atribuir a cada ponto poderão variar entre 0 (zero) e o valor máximo especificado para cada um dos pontos. A nota final neste quesito corresponde ao somatório das notas atribuídas em cada ponto.

Descrição	Nota
Conhecimento da Área a Intervencionar: nível de detalhe do conhecimento da área a intervir e estruturas existentes, com a inclusão de fotografias tiradas pelo concorrente durante a visita aos espaços, demonstrando entendimento dos materiais da área a intervir, sua envolvente e situação existente, com especificação de condicionantes à realização dos trabalhos e modo de as ultrapassar, com ligação específica às atividades em causa.	2 pontos
Metodologia de Trabalho: este fator avalia os aspetos relativos à organização e concretização do projeto de execução, pormenorização da forma como irá ser desenvolvido, os aspetos que irão ser abordados em cada uma das suas fases, no pleno cumprimento do estabelecido nos no Caderno de Encargos e nos Requisitos Técnicos do Caderno de Encargos do procedimento.	2 pontos
Adequação do Projeto: este fator avalia as soluções técnicas propostas e a adequação das soluções a adotar, face ao estabelecido no Caderno de Encargos e nos Requisitos Técnicos do Caderno de Encargos do procedimento.	2 pontos
Equipa a Afetar ao Projeto: demonstra ter uma equipa com conhecimento particular e experiência na realização de projetos idênticos, incluindo técnicos das diversas especialidades a abordar pelo projeto de execução.	2 pontos
Inovação e Sustentabilidade das Soluções Propostas: este fator avalia o grau de utilização de processos construtivos e materiais inovadores e ambientalmente sustentáveis, e a incorporação de soluções de eficiência energética, preocupações ambientais e de redução dos custos de manutenção futura dos equipamentos e infraestruturas.	2 pontos

Critérios de desempate

Em caso de empate, será vencedor o concorrente empatado que, pela seguinte ordem de prevalência:

- Apresente o preço mais baixo;
- Tenha melhor pontuação no quesito valia técnica da proposta.

MAPA DE QUANTIDADES

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	UNIDADES	QUANTIDADE
1	Capítulo I		
1.1	Valor dos honorários	valor global	1